

Ajuste fiscal é o 1º teste do Ministério

■ Atuação de Pimenta da Veiga como articulador político não é considerada suficiente para garantir a aprovação desejada pelo governo

SONIA CARNEIRO E
EUGÊNIA LOPES

Carlos Eduardo - 25/11/98

BRASÍLIA - O novo Ministério enfrentará o primeiro teste para provar a fidelidade das bancadas ao governo durante a votação do ajuste fiscal na convocação extraordinária do Congresso que começa amanhã. A escolha dos ministros agradou aos partidos, mas a atuação do novo ministro das Comunicações, Pimenta da Veiga, encarregado de desempenhar a tarefa de articulador político do governo, não é considerada suficiente para garantir a aprovação do ajuste fiscal. "Será um reforço importante mas não decisivo. Os ministros de cada partido vão ter que se empenhar e se articular pessoalmente com suas bancadas", adiantou o líder do PMDB na Câmara, deputado Geddel Vieira Lima (BA).

Com quase 50% de parlamentares que não se reelegeram, 215 dos 513 deputados e 8 dos 23 senadores que disputaram as eleições de novembro, o velho Congresso Nacional volta a trabalhar enfrentando dificuldades na base aliada ao governo para concluir a votação do Programa de Estabilidade Fiscal, idealizado para economizar R\$ 28 bilhões este ano. A novidade será a nova ofensiva do governo para mudar o regimento interno durante o mês de janeiro. "Vai ser difícil mas vamos tentar", anunciou o líder do PFL na Câmara, deputado Inocêncio Oliveira (PE).

Compensação - A medida responsável pela metade do ajuste, cerca de R\$ 14 bilhões, o aumento da CPMF de 0,25% para 0,38%, só deverá entrar em vigor no segundo semestre. Somente em final de março ou início de abril, a Câmara dos Deputados votará o aumento, previu o presidente Michel Temer (PMDB-SP). "Em janeiro só acredito na aprovação do aumento da CPMF pelo Senado", previu Temer. O deputado defende a mudança do regimento interno para apressar a votação do ajuste.

O PFL, considerado o partido mais fiel ao governo no Congresso, ainda não está totalmente satisfeito com a reforma ministerial. O líder do PFL na Câmara, Inocêncio Oliveira (PE) insiste na compensação para o PFL pernambucano com uma pasta ou com a presidência de uma estatal, segundo revelou um vice-líder do partido. O PFL conti-



Os congressistas vão receber R\$ 24 mil pelos dias da convocação extraordinária que começa amanhã

nuará exigindo a criação do ministério do Desenvolvimento Urbano.

Ciente das dificuldades que terá no Congresso, o presidente Fernando Henrique deu ao novo Ministério de seu segundo mandato a incumbência de aprovar a proposta de ajuste fiscal, e admite que poderá remanejar os ministros conforme o desempenho deles. "Os ministros são responsáveis pelo resultado do governo no Congresso", disse o presidente, há duas semanas, quando divulgou os nomes dos novos ministros. Na ocasião, Fernando Henrique advertiu que irá demitir os ministros dos partidos aliados que votarem contra o governo. "Vamos encontrar tempo para o Congresso pois sem a aprovação do ajuste o novo governo começará mal", alertou o futuro ministro do Trabalho, Francisco Dornelles. Ele estará presente ao plenário durante as votações mais importantes.

Programa - Para o líder do PMDB, o governo Fernando Henrique só conseguirá aprovar as medidas de ajuste fiscal em janeiro se não insistir em enviar a taxa dos servidores públicos inativos para o exame do velho Congresso. "O governo só deve tratar deste assunto depois de março, após a posse dos novos parlamentares senão emba-

nanará a pauta da convocação", alertou Geddel.

Além da CPMF e da contribuição dos servidores públicos, os deputados e senadores também terão a missão de aprovar o Orçamento Geral da União para este ano, como um dos itens do programa de ajuste fiscal. Só com o Orçamento, o governo pretende economizar R\$ 8,7 bilhões, dos R\$ 28 bilhões previstos no ajuste fiscal. Os atuais congressistas também deverão analisar os projetos que regulamentam a reforma administrativa, entre eles, os que estabelecem a demissão por insuficiência de desempenho dos servidores públicos e excesso de quadros, permitindo que os estados e municípios se adaptem às regras da Lei Rita Camata, que limita os gastos com o funcionalismo público em 60% de suas receitas líquidas.

Paralelamente às medidas de ajuste fiscal, o presidente Fernando Henrique Cardoso também terá de contornar as resistências para a aprovação do projeto que cria o Ministério da Defesa. Os parlamentares prometem modificar a proposta enviada pelo governo, aumentando os poderes do novo ministro extraordinário da Defesa, Elcio Álvares. A proposta que cresce entre os parlamentares, tanto da ba-

se aliada como de oposição, é deixar de fora da composição do Conselho de Segurança Nacional os futuros comandantes do Exército, Marinha e Aeronáutica. Fernando Henrique quer pressa na aprovação do projeto de criação do Ministério da Defesa mas, antes dele começar a ser analisado, o relator Benito Gama (PFL-BA) será substituído porque foi escolhido para integrar o secretariado do governador da Bahia, César Borges.

Na pauta da convocação extraordinária do Congresso também está prevista a discussão das reformas tributária e política. A votação dessas reformas não deverá, no entanto, ocorrer tão cedo. A da reforma política é considerada essencial pelo presidente para melhorar suas relações com o Congresso, eliminando as barganhas em troca de votos favoráveis a projetos de interesse do governo. Uma das prioridades do governo é a aprovação da fidelidade política, que pune os dissidentes com a expulsão do partidos.

Para trabalhar durante o mês de janeiro, entre o dia 4 e 29, cada um dos 513 deputados e 81 senadores vai receber R\$ 24 mil: R\$ 16 mil extras pela convocação e R\$ 8 mil de salário.